

VISÃO DO CORREIO

Solução de risco para baixar preço

A proposta do governo federal para acelerar a votação no Senado do projeto de lei que limita a cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, energia e serviços de telecomunicações a uma alíquota de 17% e reduzir os preços não traz uma solução definitiva para a questão da influência externa sobre o valor dos combustíveis no mercado interno. O anúncio feito no Palácio do Planalto, após reunião do presidente Jair Bolsonaro (PL) com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e de ministros das Minas e Energia, Adolfo Sachsida, da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Ciro Nogueira, teve mais pompa do que conteúdo prático e, embora deva gerar um ganho temporário, pode levar a uma perda permanente e maior do que o que se espera. E há exemplos na história recente.

Em 1998, diante da necessidade de manter a economia estabilizada, mesmo com uma pressão sobre o câmbio e a desconfiança dos investidores internacionais com a crise financeira internacional, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, temendo um impacto nas urnas, seguiu a cotação e resistiu a desvalorizar a moeda, o que só foi feito após ser reeleito para mais um mandato. Em janeiro de 1999, o país adotou a flutuação cambial e o real se desvalorizou rapidamente diante do dólar, sendo que, para sustentar a paridade no ano eleitoral, o Brasil pegou um empréstimo de R\$ 41,5 bilhões com FMI, Banco Mundial, BID e instituições europeias, que em contrapartida exigiram um rigoroso programa de ajuste fiscal.

O quadro atual é diferente, mas é possível ver semelhança entre a intenção de Fernando Henrique naquele momento e a de Jair Bolsonaro agora, a quatro meses das eleições. Embora tenha se comprometido a compensar os governadores pelas perdas decorrentes da redução a zero da alíquota do imposto estadual sobre o diesel e o gás de cozinha, negando uma contrapartida para a queda na arrecadação com a limitação da alíquota do ICMS da gasolina e do etanol, o presidente Bolsonaro não apresentou nada de concreto. Os recursos para compensar os entes federados dependem de receitas extraordinárias e o repasse depende

da aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), que ainda será enviada ao Congresso e precisa de votação em dois turnos na Câmara e no Senado, com exigência de três quintos dos votos, o que significa a aprovação de 308 deputados e 49 senadores.

Em ano eleitoral, com deputados em campanha, a aprovação dessa PEC não está garantida, o que deixaria em aberto a forma de compensar os estados até o fim do ano. Enquanto isso, a proposta que limita a alíquota do ICMS precisa apenas ser votada no Senado em dois turnos e caso seja modificada retornar para apreciação na Câmara. Isso significa que a compensação apenas no caso de os estados zerarem o ICMS do diesel e do gás de cozinha terá validade até 31 de dezembro, com o governo federal estimando gastar entre R\$ 25 bilhões e R\$ 50 bilhões. Com isso, em 1º de janeiro de 2023, as alíquotas do diesel e do gás de cozinha voltam e os preços sobem automaticamente. E mais: o represamento dos reajustes com o preço do petróleo subindo no mercado internacional vai levar à necessidade de um aumento significativo.

Com as medidas anunciadas, o governo Bolsonaro pode estar armando uma bomba relógio a explodir no colo do próximo presidente eleito, seja ele mesmo ou qualquer outro que vença as eleições de novembro, aumentando o rombo orçamentário para 2023, que conta, por exemplo, com precatórios cujo pagamento foi postergado.

Ainda que o preço do diesel possa ter agora uma queda entre R\$ 0,509 no Mato Grosso do Sul e R\$ 1,006 no Acre — em Minas será de R\$ 0,716; em São Paulo, de R\$ 0,667; e no Rio, de R\$ 0,595 —, esse ganho será rapidamente devorado por novos reajustes dos preços nas refinarias. Para se ter ideia, segundo importadores, na data de ontem o valor do diesel no Brasil estava 21% abaixo do valor no mercado internacional, ou o equivalente a R\$ 1,27. Para seguir a paridade internacional, o reajuste necessário anula o corte de impostos antes mesmo de entrar em vigor. Já a perda de estados e municípios será permanente, obrigando-os a buscar novas fontes de receita ou comprometendo serviços como educação e segurança pública.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Combustíveis

Para tentar conter a alta dos combustíveis, o governo tenta reduzir o ICMS e zerar os impostos federais sobre gasolina e etanol, compensando os estados e o DF por parte da perda de arrecadação. A engenharia jurídico-financeira é confusa, controversa, mas não deixa de ser uma tentativa válida, embora parca. Isto porque o alto preço da gasolina se deve a inúmeras explicações, especialmente à alta do preço internacional do petróleo, em dólar, que puxa, por alguma explicação mercadológica esdrúxula, o etanol com ele. Este preço não é de livre concorrência, mas, na verdade, de um oligopólio formado pela Opep e pela Rússia. Essas questões dão complexidade a qualquer discussão que envolva a Petrobrás — privatizá-la, como defendia Paulo Guedes, ou “devolvê-la” ao povo brasileiro, como defende Lula, trazendo à memória os tempos sombrios em que seu partido e coligados surrupiaram a empresa. Poucos parecem saber que a Petrobrás, na verdade, é uma sociedade de economia mista, em que mais da metade do lucro vai para o Estado, como acionista majoritário. Ou seja: o governo federal lucra muito com a Petrobrás, seja como acionista ou royalties, seja na benesse óbvia de não pagar impostos para si mesmo; ao contrário, arrecadá-los. Algo, de fato, lhe cabe fazer!

» **Ricardo Santoro,**
Lago Sul

Fanfarrice

As medidas eleitorais do presidente Bolsonaro e a fanfarrice do ministro Paulo Guedes, com validade até dezembro, como a ICMS zero para os combustíveis, são sinais de transito mental, ou pânico eleitoral. A limitação deixará os orçamentos estaduais ainda mais combatidos. Não há, na verdade, uma política econômica e o atual governo é incapaz de garantir medidas compensatórias aos trabalhadores e às famílias de baixa renda ou que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica, além dos milhões de famélicos. Aliás, as ideias de Guedes, desde 2019, são uma sucessão de fiascos econômicos, que devem envergonhar a categoria dos economistas. O presidente, por sua vez, não sabe o que é administração pública, menos ainda o que seja governar um país da dimensão do Brasil, com problemas são tão plurais e diversos quanto o tecido étnico-racial da sua demografia. Mas o governo não consegue perceber a realidade nacional. Tem viseiras que o levam a focar e favorecer as facções existentes no Congresso, como a aprovação de quase R\$ 5 bilhões para o famigerado Centrão, enriquecendo o bolso de parlamentares, cujos atos progressos têm sanções previstas no Código Penal. A solução apresentada

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

A toga terrivelmente evangélica mais uma vez obrou em louvor ao seu Messias.

Ludovico Ribondi — Noroeste

Quando um ministro do Supremo vira estafeta de capitão, é sinal de que a harmonia entre os Poderes foi sabotada.

Joaquim Honório — Asa Sul

Após superação de obstáculos, privatização de Furnas avança. Mais uma capitania hereditária perto do fim. Contribuintes agradecem.

José Matias-Pereira — Lago Sul

O GDF tirou um general e colocou uma médica na Secretaria de Saúde. Que absurdo, onde vamos parar?

Vital Ramos de V. Júnior — Jardim Botânico

na segunda-feira para conter os sucessivos aumentos dos combustíveis foi tão bizarra quanto o próprio Executivo federal.

» **José Ricardo de Almeida,**
Jardim Botânico

Desconfiança

Ignorar as manifestações populares, como não sendo termômetro para o resultado das eleições presidenciais, é total falta de perspicácia. Pleito fiscalizado, reeleição garantidíssima, para a felicidade dos homens de bem. Desconfiemos daqueles que querem a volta da ladroagem.

» **Jivanil Caetano de Farias**
Jardim Botânico

País de triste futuro

Muito bom o artigo do Roberto Brant, “Um país que um dia teve futuro” (*Correio*, 6/5). Fala de um tempo — anos 1950 e 1960 e governo de JK — em que o país crescia, movido pelo otimismo de Juscelino, que construiu hidrelétricas e estradas, integrava e modernizava o país: indústria naval, automobilística etc. Um presidente lúcido e batalhador que sabia sonhar, sorrir e perdoar. O ódio não tinha vez e a esperança e a autoestima dos brasileiros eram altíssimas. Havia certeza de que o Brasil teria um futuro grandioso. Mas isso não ocorreu. Apesar de sermos o 3º produtor de alimentos e a 10ª economia do mundo, somos pobres. Em 2021, nosso PIB per capita foi de US\$ 14,1 mil, o 6º da América do Sul, atrás de Chile, Guiana, Uruguai, Argentina e Suriname. A renda é baixa e mal apropriada, pois os 1% mais ricos ficam com 29% dela e 10% embolsam 42%. Se uns ficam com muito, aos outros sobram pouco. Assim, 90% das pessoas passam dificuldades e 30 milhões passam fome. O Brasil tem a 2ª pior distribuição de renda do mundo, só atrás do Catar. Que país desigual e injusto! A educação básica, que podia dar oportunidades aos jovens e reduzir desigualdades, é muito fraca. Sem qualificação, os salários são baixos e o país fica sem futuro, com a baixa produtividade do trabalho. Mas as elites dos três poderes são indiferentes e insensíveis à essa cruel realidade. Só pensam em seus privilégios: emendas vultosas, salários altos (até acima do teto) férias em dobro, meio expediente etc. Lula e Bolsonaro são parceiros de agressões mútuas e do pacto de proteger as elites, enquanto dão bolsas e auxílios ao povo. O IR, por exemplo, só tem duas alíquotas, a mais alta, 27%, nivela classe média a milionários. Entre os mais ricos, muitos não pagam imposto, porque dividendos não são taxados desde 1995. As anunciadas reformas tributária e administrativa destinadas a estimular a produção, fazer justiça fiscal e acabar com privilégios, sumiram. O pacto das elites, garantido pelo Centrão, é forte e o futuro do país é triste.

» **Ricardo Pires,** Asa Sul



RODRIGO CRAVEIRO
rodrigo.craveiro@cbnet.com.br

Um grande “não” às armas

“Não espero nada mais do que um sorriso. As dores do mundo fincam raízes em minha alma e criam galhos em meu coração. Queria poesia onde não existe rima, beijos onde se alojou o desprezo, flores coloridas de pássaros sobre a árvore de troncos secos e retorcidos pela dureza da vida. Não espero nada mais do que um olhar. Farol a guiar meu espírito pelo infinito de meus dias até a inevitável despedida. Meu coração é céu estrelado de lembranças do que ainda não veio. Meu espírito é rio que corre lento, tranquilo, até a foz de uma imensidão chamada Deus.”

Escrevi esse poema, parte de um projeto do Facebook chamado *Varanda de Mim*, depois de dias de notícias ruins. Como jornalista, é impossível me distanciar da notícia. Era sábado e eu estava na Redação do *Correio* quando um supremacista branco invadiu um mercado, em Buffalo (Nova York), e fuzilou 13 pessoas. Dias depois, um estudante entrou em uma escola, armado com um fuzil, e ceifou a vida de 19 crianças e duas professoras, em Uvalde, no Texas.

Às vezes, recorro à poesia como válvula de escape ante uma realidade por demais dura e cruel. Busco rima, mas tudo o que encontro, às vezes, são linhas vazias de dor. Procuo flores coloridas, e acabo as encontrando em memoriais dedicados a inocentes que foram roubados para sempre dos beijos e dos olhares de seus pais, cujas vidas tornaram-se galhos secos e retorcidos pelo luto. É hora de ao

ser humano entender que armas matam. Não são pessoas que matam, como querem apregoar os amantes dos tiros. Armas foram feitas para matar. Na segunda-feira, li uma reportagem sobre uma criança de dois anos que matou acidentalmente o próprio pai, um homem de 26 anos, perto de Orlando, na Flórida. O menino encontrou a pistola em uma bolsa, no chão, apontou-a para o pai e disparou. Tragédias como as de Buffalo e de Uvalde talvez fossem bem mais raras se houvesse um controle rígido sobre a venda de armas nos EUA. É controverso imaginar que, em um país marcado pela Justiça implacável, se ofereça a possibilidade de o cidadão adquirir armas de grosso calibre sob o guarda-chuva da Segunda Emenda à Constituição. É hora de as autoridades norte-americanas dificultarem a venda de fuzis.

Não venham com a ladainha de que é preciso arma para proteger a família. Bandidos não se furtam em apertar o gatilho sob a menor ameaça. Fiquei sob a mira de dois revólveres, em um sequestro relâmpago, e tenho a certeza de que estaria morto se estivesse com uma arma. É insano imaginar que o chefe de Estado apregoe a venda livre de fuzis no país. O número de civis armados, no Brasil, chega a 605 mil e ultrapassa o contingente das Forças Armadas. Desde 2019, houve aumento de 260%. Prefiro uma vida em paz. Prefiro um céu estrelado de lembranças do que ainda não veio. E uma vida longa, tal qual rio a correr, lento e silencioso, em direção ao destino de todos.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
Diretor Presidente

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Paulo Cesar Marques
Diretor de Comercialização e Marketing

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Diretor Financeiro

Plácido Fernandes Vieira e Vicente Nunes
Editores executivos

CORPORATIVO
Josemar Gigenez
Vice-presidente de Negócios Corporativos

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax: (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214.1211 - Fax: (61) 3214.1205 - Sucursal São Paulo: End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar - Jardim Paulista - CEP: 01403-000 - São Paulo/ SP Tel: (11) 3372-0022; E-mail: associados@uaigiga.com.br. Sucursal Rio de Janeiro: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar - São Cristóvão - CEP: 20940-200 - Rio de Janeiro/ RJ, Tel: (21) 2263-1945; E-mail: sucursalrj@uaigiga.com.br. REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo - Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 - Barro Preto - CEP: 30.180-070 - Belo Horizonte/MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midabrasilcomunicacao.com.br. Região Sul - HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 508 - Menino Deus - CEP: 90.160-240 - Porto Alegre/RS; Tel.: (51) 3231-6287; E-mail: hmr@hrmmultimidia.com.br. Regiões Nordeste e Centro Oeste - Goiânia: Éxito Representações - Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C-2, Jardim Planalto - CEP: 74333-140, Goiânia-GO - Telefones: 62 3085-4770 e 62 3914-6119. Brasília: SA Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D - 15º andar - Ed. Oscar Niemeyer - salas 1502/3 - CEP: 70.316-900 - Brasília/DF; (61) 3201-0071/0072; E-mail: Thiago@sapublicidade.com.br. Região Norte - Meio e Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K - Ed Embassy Tower, salas 701/2 - CEP: 73.340-000 - Brasília/DF; Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.br.

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiais e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Notícias Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e DA Press, Tel: (61) 3214-1131.

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO
Assinante/leitor/ classificados: 3342-1000

VENDA AVULSA
Localidade SEG/SÁB DOM

DF/GO R\$ 3,00 R\$ 5,00

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação e sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

DA Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1588 / 0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

ASSINATURAS *
SEG a DOM
R\$ 837,27

360 EDIÇÕES
(promocional)

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

DA LOG

Agenciamento de Publicidade